

Demonstrações financeiras

Águas da Imperatriz S.A.

31 de dezembro de 2025
com relatório do auditor independente

Águas da Imperatriz S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
Águas da Imperatriz S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas da Imperatriz S.A. (“Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'G. Dutra da Silva', is written over the printed name and title.

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O

Águas da Imperatriz S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	39.276	57.141
Contas a receber de clientes	7	11.954	10.496
Estoques		2.260	2.225
Despesas antecipadas		699	394
Crédito com partes relacionadas	19	61	55
Operações com derivativos		-	4.164
Tributos a recuperar		1.090	602
Outros ativos		475	1.513
		55.815	76.590
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	8.444	-
Contas a receber de clientes	7	240	-
Depósitos judiciais		2	-
Ativo de direito de uso	9	848	517
Imobilizado	10	1.077	1.080
Ativo de contrato	11	103.344	14.827
Intangível	12	316.660	290.104
		430.615	306.528
Total do ativo		486.430	383.118

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	13.471	1.432
Empréstimos e financiamentos	14	3.953	105.987
Passivos de arrendamento	14	279	299
Debêntures e notas comerciais escriturais	15	7.764	226.383
Obrigações tributárias		1.442	627
Obrigações trabalhistas		2.461	1.122
Ônus da concessão	18	182	28.972
Débitos com partes relacionadas	19	483	842
Outras obrigações		1.039	651
		31.074	366.315
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	26.835	-
Passivos de arrendamento	14	581	250
Debêntures e notas comerciais escriturais	15	404.681	-
Tributos diferidos	16	18.517	5.033
		450.614	5.283
Patrimônio líquido	20		
Capital social		35.003	35.003
Prejuízo acumulado		(30.261)	(23.483)
		4.742	11.520
Total passivo e patrimônio líquido		486.430	383.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas da Imperatriz S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	21	160.045	79.616
Custo dos serviços prestados	22	(128.961)	(59.347)
Lucro bruto		31.084	20.269
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(22.110)	(24.224)
Outras receitas operacionais		2.295	29
		(19.815)	(24.195)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		11.269	(3.926)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	25.451	7.534
Despesas financeiras	24	(30.014)	(19.860)
		(4.563)	(12.326)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		6.706	(16.252)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16b	(13.484)	(4.525)
Prejuízo do exercício		(6.778)	(20.777)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas da Imperatriz S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(6.778)	(20.777)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(6.778)</u>	<u>(20.777)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas da Imperatriz S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
	Realizado	A integralizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2024	38.427	(18.424)	(2.706)	17.297
Aumento de capital	-	15.000	-	15.000
Prejuízo do exercício	-	-	(20.777)	(20.777)
Saldos 31 de dezembro de 2024	38.427	(3.424)	(23.483)	11.520
Prejuízo do exercício	-	-	(6.778)	(6.778)
Saldos 31 de dezembro de 2025	38.427	(3.424)	(30.261)	4.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas da Imperatriz S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos imposto de renda e contribuição social	6.706	(16.252)
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa líquido consumido pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	13.452	12.260
Juros sobre empréstimos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos	1.072	539
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	1.181	13.021
Perda com operação de swap	6.068	-
Variações cambiais	(3.306)	5.532
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	2.197	2.500
Perda (ganho) com derivativos	4.164	(4.164)
Resultado na baixa de arrendamento	(24)	-
Variações no ativo e passivo		
Contas a receber de clientes	(3.895)	(12.996)
Estoques	(35)	(2.225)
Depósitos judiciais	(2)	-
Tributos a recuperar	(488)	(602)
Despesas antecipadas	(305)	(378)
Outros ativos	1.038	(1.496)
Aplicações financeiras vinculadas	(8.444)	-
Fornecedores	12.039	709
Ônus da concessão	35	147
Obrigações tributárias	815	612
Obrigações trabalhistas	1.339	1.122
Partes relacionadas, líquidas	(365)	(2.210)
Outras obrigações	388	(14)
	33.630	(3.895)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.004)	-
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(67)	(84)
Pagamento de juros sobre debêntures	(53.955)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(24.396)	(3.979)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(196)	(628)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(117.160)	(89.300)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	14	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(117.342)	(89.928)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	15.000
Captação e custos de transação de debêntures e notas comerciais escriturais	401.717	(49)
Captação de empréstimo e financiamentos	30.783	100.000
Pagamento dos arrendamentos	(285)	(256)
Pagamento de debêntures e notas comerciais escriturais	(200.000)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(102.274)	-
Derivativos pagos	(6.068)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	123.873	114.695
Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa	(17.865)	20.788
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	57.141	36.353
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39.276	57.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Águas da Imperatriz S.A. (“Concessionária”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Feliciano Sodré nº 1014, Várzea, Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela Águas da Imperatriz Participações S.A., tem por objeto social a exploração de serviços públicos relativos à gestão, estruturação de projetos de implantação, expansão, restauração e operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto no Município de Teresópolis, bem como a realização das atividades correlatas, complementares, alternativas ou acessórias e a exploração de receitas autorizadas nos termos do Contrato de Concessão resultante da Concorrência Pública nº 002/2023, processo administrativo nº 16.520/2019, celebrado com o Município de Teresópolis (“Poder Concedente”) em 01 de dezembro de 2023, com prazo de 25 anos, prorrogáveis, a contar da data de assunção dos serviços e dos sistemas a eles inerentes, ocorrida em 6 de janeiro de 2024.

O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga fixa, devida ao Município de Teresópolis e à Companhia Estadual de Água e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE, no total de R\$306.200. A primeira parcela, no valor de R\$ 183.720, foi paga em 6 de dezembro de 2023.

Em 4 de junho de 2024, foi celebrado o 1º termo aditivo ao contrato de concessão, estabelecendo: (i) redução na tarifa para estabelecimentos comerciais de pequeno porte de consumo; (ii) antecipação de obras de infraestrutura de esgotamento sanitário; (iii) antecipação parcial ao Município de Teresópolis de parte da segunda parcela da outorga fixa, no valor de R\$ 30.000, cujo o valor presente na data de pagamento ao Poder Concedente foi de R\$ 29.631, tendo a Concessionária reconhecido um desconto financeiro de R\$ 369; (iv) redução do montante relativo à segunda parcela da outorga em R\$ 20.740; e (v) aplicação de dois reajustes de equilíbrio tarifário de 3,63%, a serem aplicados na referência janeiro de 2025 e referência janeiro de 2026, de forma cumulativa ao reajuste tarifário anual.

Em 4 e 6 de dezembro de 2024 e em 09 de janeiro de 2025, foram pagos as parcelas remanescente relativas a outorga fixa nos montantes de R\$ 13.051, R\$ 29.864 e R\$ 28.825, respectivamente.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Teresópolis.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Reforma tributária

Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214/2025 (“Reforma”), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”). O objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços.

O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Concessionária permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma, incluindo avaliação de impactos futuros em sua operação e créditos tributários. Adicionalmente, a Concessionária está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 20 de março de 2026, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

3.5. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Ônus da concessão

Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 12), pago no início da concessão.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

c) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados *dentro* desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, notas comerciais escriturais, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

3.9. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e ambientais

O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros, multas vinculadas à operação e ganho com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

O CPC emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no CPC 02 (R2) e no CPC 37 (R1).

Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis:

Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Ademais, há alterações consequentes em vários outros padrões.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis:--Continuação

A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Concessionária são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com o CPC 51 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o CPC 26 (R1);
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2).

As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações:

Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos, enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período do relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo IFRS 10/CPC 36 (R3), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros:

As alterações introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Tais alterações deverão ser incorporadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio de revisões nos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação;
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados;
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Melhorias anuais às normas contábeis IFRS – Volume 11:

O *International Accounting Standards Board* – IASB emitiu 9 alterações de escopo limitado, que abrangem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: (i) IFRS 1 - Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das normas internacionais de contabilidade); (ii) IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7; (iii) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos financeiros); (iv) IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas); e (v) IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de Caixa).

Em decorrência das alterações citadas, o CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões nos respectivos pronunciamentos. Os efeitos terão início em ou pós 1º janeiro de 2026. Não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras em decorrência das alterações.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais:

As alterações somente se aplicam a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos;
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos;
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Tais alterações terão início em ou pós 1º janeiro de 2026, sendo sua adoção antecipada permitida desde que divulgada. Em convergência com as normas internacionais, o CPC deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1).

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

a) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária.

b) Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber

A Companhia registra as perdas esperadas de créditos das contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas contábeis--Continuação

c) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

d) *Receita não faturada*

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2025		31/12/2024		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	38.973	38.973	57.091	57.091	
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	8.444	8.444	-	-	
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	12.194	12.194	10.496	10.496	
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	61	61	55	55	
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	-	-	4.164	4.164	
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	13.471	13.471	1.432	1.432	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	30.788	20.218	105.987	105.987	
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	860	860	549	549	
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	412.445	453.332	226.383	226.383	
Ônus da concessão	Custo amortizado	182	182	28.972	28.972	
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	483	483	842	842	

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos e debêntures em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI.

A análise de sensibilidade, dos juros sobre as debêntures (sem os custos de transação) e equivalentes de caixa, utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	38.973	43.895	42.664	45.127
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	8.444	9.510	9.244	9.777
Passivo					
Debêntures	IPCA	(415.693)	(432.362)	(428.205)	(436.519)
Passivo líquido		(368.276)	(378.957)	(376.297)	(381.615)
Efeito líquido			(10.681)	(8.021)	(13.339)
CDI (a.a.)			12,63%		
IPCA (a.a.)			4,01%		

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.3. Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	13.471	13.471	-	-
Empréstimos e financiamentos	31.005	4.005	4.000	23.000
Passivos de arrendamento	860	279	318	263
Debêntures	415.693	7.901	-	407.792
Ônus da concessão	182	182	-	-
Débitos com partes relacionadas	483	483	-	-
	458.197	22.824	4.318	431.055

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	1.432	1.432	-	-
Empréstimos e financiamentos	105.987	105.987	-	-
Passivos de arrendamento	549	299	250	-
Notas comerciais escriturais	226.383	226.383	-	-
Ônus da concessão	28.972	28.972	-	-
Débitos com partes relacionadas	842	842	-	-
	364.165	363.915	250	-

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde os empréstimos e financiamentos, as debêntures, notas comerciais escriturais e passivos de arrendamento, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	30.788	105.987
Passivos de arrendamento (Nota 14)	860	549
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 15)	412.445	226.383
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(39.276)	(57.141)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(8.444)	-
Dívida líquida (a)	396.373	275.778
Total do patrimônio líquido (b)	4.742	11.520
Total do capital (a+b)	401.115	287.298
Índice de alavancagem financeira - % $[a/(a+b)]$	98,82%	95,99%

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	303	50
Aplicações financeiras	38.973	57.091
	39.276	57.141

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração média relacionada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de aproximadamente 92,84% do CDI (93,96% em 2024).

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes (a)	15.523	12.238
Clientes - parcelamento (b)	1.198	609
Pontos arrecadadores (c)	170	149
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(4.697)	(2.500)
	12.194	10.496
Ativo circulante	11.954	10.496
Ativo não circulante	240	-

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência).

(b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.

(c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer		
Faturado	5.141	4.095
Não faturado	3.898	3.668
Vencidas		
Até 30 dias	1.657	1.562
De 31 a 60 dias	635	743
De 61 a 90 dias	454	457
De 91 a 180 dias	1.002	1.265
Mais de 180 dias	4.104	1.206
	16.891	12.996

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(2.500)	-
(+) Constituições	(2.197)	(2.500)
Saldo final	(4.697)	(2.500)

8. Aplicações financeiras vinculadas

O montante de R\$ 8.444 em 31 de dezembro de 2025 (nulo em 2024) corresponde à aplicação financeira mantida em conta reserva, de titularidade da Águas da Imperatriz S.A., constituída em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em atendimento às obrigações definidas no “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” em 29 de dezembro de 2025.

9. Ativo de direito de uso

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	1.207	(359)	848	874	(357)	517
	1.207	(359)	848	874	(357)	517

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2024		Adições	Amortização	Remensuração	Saldos em
	31/12/2024	31/12/2025				
Imóveis	517	848	959	(293)	(335)	848

	Saldos em 31/12/2023		Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2024	
	31/12/2023	31/12/2024			31/12/2024	31/12/2025
Imóveis	776	517	27	(286)	848	848

10. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	726	(241)	485	513
Veículos	20%	206	(51)	155	196
Máquinas e equipamentos	10%	201	(35)	166	183
Móveis e utensílios	10%	314	(43)	271	188
		1.447	(370)	1.077	1.080

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Reclassificação	Saldos em 31/12/2025
Equipamentos de informática	513	111	(139)	-	485
Veículos	196	-	(41)	-	155
Máquinas e equipamentos	183	3	(20)	-	166
Móveis e utensílios	188	82	(27)	28	271
	1.080	196	(227)	28	1.077

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024
Equipamentos de informática	398	217	(102)	-	513
Veículos	-	206	(10)	-	196
Máquinas e equipamentos	172	108	(15)	(82)	183
Móveis e utensílios	103	101	(16)	-	188
Outros	10	(4)	-	(6)	-
	683	628	(143)	(88)	1.080

11. Ativo de contrato

	31/12/2025	31/12/2024
Infraestrutura em construção	103.344	14.827
	103.344	14.827

Movimentação do ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificações	Saldos em 31/12/2025
Infraestrutura em construção	14.827	101.807	(14)	(13.248)	(28)	103.344
	14.827	101.807	(14)	(13.248)	(28)	103.344

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Saldos em 31/12/2024
Infraestrutura em construção	-	14.827	14.827
	-	14.827	14.827

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se as movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

Custos de empréstimos capitalizados

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 39.712 capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 13.308 em 2024).

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2025			31/12/2024
		Custo	Amortização	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	25	(10)	15	19
Desenvolvimento de projetos	20%	1.301	-	1.301	450
Outorga da concessão	4,0134%	324.954	(24.229)	300.725	288.155
Concessão/Infraestrutura		15.143	(524)	14.619	1.480
		341.423	(24.763)	316.660	290.104

Os valores reconhecidos no intangível representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2025 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	100	(2)	98	-
Estação de tratamento de água – ETA	216	(4)	212	-
Reservatório	308	(6)	302	-
Booster	605	(9)	596	-
Substituição/expansão de rede de água	7.683	(117)	7.566	-
Ligação de água	2.208	(28)	2.180	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	44	(1)	43	-
Máquinas e equipamentos	3.979	(357)	3.622	1.480
	15.143	(524)	14.619	1.480

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

Movimentação do intangível

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Amortização	Transferência	Saldos em 31/12/2025
Softwares e aplicativos	19	-	(4)	-	15
Desenvolvimento de projetos	450	851	-	-	1.301
Outorga da concessão	288.155	25.029	(12.489)	-	300.725
Concessão e infraestrutura	1.480	330	(439)	13.248	14.619
	290.104	26.240	(12.932)	13.248	316.660

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024
Softwares e aplicativos	24	-	(5)	-	-	19
Desenvolvimento de projetos	-	450	-	-	-	450
Outorga da concessão	307.696	13.308	(11.741)	(21.108)	-	288.155
Concessão e infraestrutura	-	1.477	(85)	-	88	1.480
	307.720	15.235	(11.831)	(21.108)	88	290.104

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se as movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

13. Fornecedores

Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais	6.050	163
Serviços	557	801
Infraestrutura	6.638	452
Outros	226	16
	13.471	1.432

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos				
Contrato de empréstimo internacional	CDI	0,80% a.a.	-	105.987
FINEM (a)	-	2,70% a.a.	31.005	-
(-) Custos de transação			(217)	-
Total de empréstimos			30.788	105.987
Circulante			3.953	105.987
Não circulante			26.835	-
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (vide Nota 9)		16,37% a.a.	860	549
Total de arrendamento			860	549
Circulante			279	299
Não circulante			581	250
Endividamento total			31.648	106.536
Endividamento total - Circulante			4.232	106.286
Endividamento total - Não circulante			27.416	250

(a) FINEM

O contrato FINEM foi obtido no exercício de 2025 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com valor total contratado de R\$ 36.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A, no valor de R\$ 31.000 e Subcrédito B, no valor de R\$ 5.000.

O subcrédito A possui juros pagos mensalmente, e o principal será amortizado em 96 parcelas mensais e sucessivas, com o primeiro pagamento ocorrendo no 15º dia do mês imediatamente seguinte à formalização do contrato e o último em 15 de setembro de 2033.

O subcrédito B tem juros pagos trimestralmente até setembro de 2029, e pagamentos mensais a partir de outubro de 2029. O principal será amortizado em 211 parcelas mensais e sucessivas, iniciando em 15 de outubro de 2029 e tendo o pagamento final em 15 de julho de 2047.

A operação tem como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Teresópolis (RJ) e é amparada por cessão fiduciária de direitos creditórios.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento--Continuação

A movimentação dos empréstimos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	105.987	-
Captação	31.000	100.000
Juros e encargos financeiros	3.602	455
Variações cambiais	(3.306)	5.532
Amortização de principal	(102.274)	-
Amortização de juros	(4.004)	-
Custo de transação	(217)	-
Saldo final	<u>30.788</u>	<u>105.987</u>

Passivos de arrendamento

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	549	777
Adições e remensurações	600	27
Juros e encargos financeiros	63	85
Amortização de principal	(285)	(256)
Amortização de juros	(67)	(84)
Saldo final	<u>860</u>	<u>549</u>

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>Empréstimos e financiamentos</u>		
	<u>31/12/2025</u>		
	<u>Dívida</u>	<u>Custos de transação</u>	<u>Total líquido</u>
2027	4.000	(45)	3.955
2028	4.000	(38)	3.962
Após 2028	19.000	(82)	18.918
	<u>27.000</u>	<u>(165)</u>	<u>26.835</u>

Passivos de arrendamento

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
2026	-	250
2027	318	-
2028	263	-
	<u>581</u>	<u>250</u>

Covenants

Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2025.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures e notas comerciais escriturais

	Indexador	Juros	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures	IPCA	7,73% e 8,04% a.a.		
Principal			407.792	-
Juros e encargos			7.901	-
Custos de transação a apropriar			(3.248)	-
Total de debêntures			412.445	-
Circulante			7.764	-
Não circulante			404.681	-
Notas comerciais escriturais	CDI	1,60% a.a.		
Principal			-	200.000
Juros e encargos			-	27.145
Custo de transação a apropriar			-	(762)
Total de notas comerciais escriturais			-	226.383
Circulante			-	226.383
Endividamento total			412.445	226.383
Endividamento total - circulante			7.764	226.383
Endividamento total - não circulante			404.681	-

A movimentação das debêntures é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	-	-
Captação	405.000	-
Juros e encargos financeiros	10.693	-
Custos de transação	(3.283)	-
Amortização dos custos de transação	35	-
Saldo final	412.445	-

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	226.383	200.103
Juros e encargos financeiros	26.810	25.516
Amortização do principal	(200.000)	-
Custos de transação	-	(49)
Amortização de juros	(53.955)	-
Amortização dos custos de transação	762	813
Saldo final	-	226.383

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures e notas comerciais escriturais--Continuação

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Debêntures		
	31/12/2025		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2027	-	(131)	(131)
2028	-	(154)	(154)
Após 2028	407.792	(2.826)	404.966
	407.792	(3.111)	404.681

1ª emissão de debêntures

Em 10 de setembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada para a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 3 (três) séries.

Em 15 de setembro de 2025, foram emitidas 500.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), sendo (i) 250.000 debêntures da 1ª série, (ii) 155.000 debêntures da 2ª série e (iii) 95.000 debêntures da 3ª série, perfazendo o total de R\$ 500.000. Em 30 de setembro de 2025, ocorreu a integralização da 1ª e 2ª séries, enquanto a 3ª série poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2032, conforme condições previstas na escritura da emissão.

As debêntures têm vencimento do principal em 34 (trinta e quatro) parcelas semestrais consecutivas, devidas a partir de 15 de setembro de 2030 a 15 de março de 2047.

A remuneração das debêntures corresponde à variação acumulada do IPCA + 7,7322% a.a. para a 1ª série, à variação do IPCA + 8,0376% a.a. para a 2ª série e à variação do IPCA + 8,0355% a.a. para a 3ª série, acrescida de juros remuneratórios prefixados, com base de 252 dias úteis.

Os recursos captados destinam-se ao pagamento da outorga da concessão e a ampliação e modernização do sistema de abastecimento de água e implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Teresópolis/RJ.

As debêntures possuem garantia real, constituída por cessão fiduciária de 80% da Receita Operacional Líquida da Emissora (excluída a receita de construção), e garantia fidejussória adicional prestada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (Fiadora).

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures e notas comerciais escriturais--Continuação

Covenants

As debêntures possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2025.

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos tributos diferidos

Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2024	Resultado	31/12/2025
Arrendamentos	1	(1)	-
Ativo fiscal diferido	1	(1)	-
Juros capitalizados	(5.034)	(13.483)	(18.517)
Passivo fiscal diferido	(5.034)	(13.483)	(18.517)
Tributos diferidos, líquidos	(5.033)	(13.484)	(18.517)

b) Conciliação da taxa efetiva

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.706	(16.252)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(2.280)	5.526
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes	(5)	(43)
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	(1.090)	-
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	(10.109)	(10.008)
Total do imposto de renda e da contribuição social	(13.484)	(4.525)
Alíquota efetiva	201,07%	27,84%

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisões para contingências

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis	4.767	3.436
Trabalhistas	63	-
Tributárias	54	-
	<u>4.884</u>	<u>3.436</u>

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R\$ 2.300 (R\$ 1.197 em 2024) (ii) falta de abastecimento, totalizando R\$ 242 (R\$ 286 em 2024); (iii) serviços água e esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo, etc.), totalizando R\$ 432 (R\$ 286 em 2024); (iv) serviços comerciais, totalizando R\$ 322 (R\$ 576 em 2024); (v) responsabilidade civil, totalizando R\$ 1.062 (R\$ 913 em 2024); e (vi) cobrança, totalizando R\$ 397 (R\$ 177 em 2024) e (vii) outros, totalizando R\$ 12 (R\$ 1 em 2024).

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Ônus da concessão

Em janeiro de 2025, foi paga a segunda parcela de outorga fixa no valor de R\$ 28.825. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$ 182 (R\$ 28.972 em 2024), refere-se aos seguintes compromissos mensais de pagamento:

- Pagamento de outorga mensal, destinada ao município de Teresópolis, no valor correspondente a 1% (um por cento) calculado sobre a receita arrecadada no mês anterior, decorrente da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- Pagamento a título de custo da regulação e fiscalização, destinado à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, no valor correspondente a 0,5% (meio por cento) calculado sobre a receita arrecadada no mês anterior, decorrente da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; e
- Pagamento a título de custo de manutenção, proteção e preservação das nascentes, cujo valor é recolhido ao Fundo de Proteção e Preservação das Nascentes, no valor correspondente a 1% (um por cento) calculado sobre a receita arrecadada no mês anterior, decorrente da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A Concessionária também possui compromissos: (i) em relação a cobertura de água potável de atender 99% da população até 2028 em todo o município da concessão; (ii) com relação à cobertura de esgotamento sanitário de atender 90% da população até 2033 em todo o município da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas até 2033 para 25%.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Partes relacionadas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante		
Créditos com partes relacionadas		
Águas do Imperador S.A.	-	6
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	61	49
	<u>61</u>	<u>55</u>
Passivo circulante		
Débitos com partes relacionadas		
Águas do Imperador S.A.	-	4
Águas de Niterói S.A.	-	13
Águas de Nova Friburgo Ltda	4	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	434	780
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	45	45
	<u>483</u>	<u>842</u>
Resultado com partes relacionadas		
Custos		
Análises laboratoriais		
Águas do Imperador S.A.	(1)	(129)
Despesas		
Contrato de gestão (<i>Management Fee</i>)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(3.944)	(2.618)
	<u>(3.945)</u>	<u>(2.747)</u>

Os saldos decorrem de transações entre Concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de peças de reposição ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito por Águas da Imperatriz Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 38.427 e o capital a integralizar é de R\$ 3.424 (R\$ 3.424 em 2024), perfazendo R\$ 35.003 de capital realizado, que está representado por 38.426.719 (trinta e oito milhões e quatrocentos e vinte e seis mil e setecentos e dezenove) ações ordinárias, nominativas, no valor de um real cada uma.

21. Receita líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de prestação de serviços	91.224	76.927
Receita de construção	80.996	13.108
Cancelamentos	(652)	(1.308)
	171.568	88.727
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(8.061)	(6.782)
Descontos concedidos	(3.462)	(2.329)
Receita líquida	160.045	79.616

22. Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(737)	(776)
Ônus da concessão	(2.032)	(1.516)
Energia elétrica	(15.399)	(14.234)
Custo de construção	(80.996)	(13.108)
Materiais aplicados nos serviços	(2.556)	(3.896)
Salários e benefícios a empregados	(9.198)	(7.942)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(3.407)	(4.001)
Serviços de terceiros	(1.664)	(1.926)
Depreciações e amortizações	(12.715)	(11.634)
Outros custos	(257)	(314)
	(128.961)	(59.347)

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários e benefícios a empregados	(8.719)	(8.598)
Utilização de imóveis e telefonia	(158)	(222)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(503)	(742)
Serviços de terceiros	(8.083)	(8.301)
Despesas com contencioso	(184)	(2)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(373)	(383)
Depreciações e amortizações	(490)	(424)
Provisão para perdas de crédito das contas a receber	(2.197)	(2.500)
Outras despesas	(1.403)	(3.052)
	<u>(22.110)</u>	<u>(24.224)</u>

24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	4.422	2.570
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(248)	(147)
Juros e multas vinculadas à operação	853	592
Variação cambial	10.229	353
Variação monetária sobre outros ativos	47	-
Ganho com derivativos	10.139	4.164
Outras receitas financeiras	9	2
	<u>25.451</u>	<u>7.534</u>
Despesas financeiras		
Juros com financiamentos, debêntures e notas comerciais	(1.393)	(12.662)
Juros sobre arrendamentos	(67)	(84)
Variação cambial	(6.923)	(5.885)
Tributos sobre operações financeiras	(25)	(18)
Descontos concedidos	(271)	(265)
Perdas com operações de swap	(6.068)	-
Perda com derivativos	(14.303)	-
Comissão e escrituração	(132)	(68)
Outras despesas financeiras	(832)	(878)
	<u>(30.014)</u>	<u>(19.860)</u>
Resultado financeiro	<u>(4.563)</u>	<u>(12.326)</u>

Águas da Imperatriz S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2025 a 27/10/2026	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2026 a 17/01/2027	19.500
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2025 a 31/12/2026	182.741
Riscos operacionais	17/01/2026 a 17/01/2027	75.000
Riscos ambientais	22/12/2025 a 22/12/2026	5.000
Garantia de concessão	01/12/2025 a 01/12/2026	7.083
Veículos	17/10/2025 a 17/10/2026	100

26. Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos	624	27
Juros capitalizados	39.712	13.308
Ônus da concessão	-	21.109

27. Eventos subsequentes

Em 5 de fevereiro de 2026, em reunião dos acionistas, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 76.600, a ser integralizado ao longo do exercício.